



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social
Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais

POR UMA OUTRA SOCIABILIDADE: Reflexões sobre planejamento, formação social
brasileira e fundo público

MAIARA BATISTA ¹

RESUMO

O presente trabalho trata-se de reflexão acerca de conceitos relacionados a dimensão teleológica do planejamento, fundo público e políticas sociais. Para tanto, foi dividido em três partes principais, sendo que em um primeiro momento será resgatado os sentidos da teleologia humana na efetivação do planejamento crítico e, posteriormente, apresentaremos algumas das diversas particularidades na formação do capitalismo dependente brasileiro. Por último, será feita reflexão quanto a relação importância da luta de classes no Brasil para a disputa do fundo público e configuração de outro tipo de planejamento.

Palavras-chave: Teleologia, planejamento, formação social brasileira, fundo público e luta de classes

RESUMEN

El presente trabajo es una reflexión sobre conceptos relacionados con la dimensión teleológica de la planificación, los fondos públicos y las políticas sociales. Para ello, se dividió en tres partes principales, y en un primer momento se rescatarán los significados de la teleología humana en la realización de la planificación crítica y, posteriormente, se presentarán algunas de las diversas particularidades en la formación del capitalismo dependiente brasileño. Finalmente, se hará una reflexión sobre la importancia de la lucha de clases en Brasil para la disputa por el fondo público y la configuración de otro tipo de planificación.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade De Brasília

Palabras claves: Teleología, planificación, formación social brasileña, fondo público y lucha de clases

IINTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de reflexão acerca de conceitos relacionados a dimensão teleológica do planejamento, fundo público e políticas sociais. Além disso, é resultado de esforço intelectual de sistematização do processo de aproximação e apreensão dos principais conceitos relacionados à temática do fundo público.

Dito isso, cumpre destacar a relevância que o debate crítico acerca do fundo público e planejamento podem imprimir nas estratégias e táticas inerentes ao projeto societário da classe trabalhadora de transformação societária e consolidação da emancipação humana.

Partindo desta compreensão, o artigo foi dividido em três partes principais em que em um primeiro momento será resgatado os sentidos da teleologia humana na efetivação do planejamento crítico para, posteriormente, apresentar algumas das diversas particularidades na formação do capitalismo dependente brasileiro. Por último, será feita reflexão quanto a luta de classes no Brasil e as possibilidades de disputa na alocação dos recursos do fundo público.

1. PLANEJAMENTO E TELEOLOGIA HUMANA

O planejamento baseia-se na capacidade de organizar ações que viabilizem a concretização de determinados resultados futuros. Embora não haja uma teoria específica, pode-se afirmar que este é subsidiado por distintas matrizes teóricas, podendo implicar em planejamento de cunho conservador a crítico-progressistas.

No debate crítico acerca do planejamento, é de suma importância destacar o ato de projetar e dar intencionalidade às ações é uma característica ontológica humana, não experimentada por nenhuma outra espécie.

Também conhecida como teleologia, esta capacidade possibilita às/aos mulheres/homens transformarem a natureza e as relações sociais aos quais estão submetidos a partir do reconhecimento da realidade, identificação de demandas, elaboração de objetivos e execução da intencionalidade.

O processo teleológico está intrinsecamente relacionado ao movimento real da história, cumprindo papel imprescindível na materialização do trabalho e garantindo ao mesmo a subjetividade necessária para que seja caracterizado como uma atividade tipicamente humana.

Portanto, a teleologia funda a especificidade do ser social de modo que “a consciência humana deixa de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. E, ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica” (ANTUNES, 1999, p.138).

No entanto, o próprio reconhecimento das necessidades humanas, assim como dos meios para nela intervir, exige do homem uma apreensão e investigação constante acerca da totalidade, o que na ordem vigente torna-se irrealizável pela lógica do capital de mistificação dos determinantes constitutivos da realidade.

Partindo da realidade concreta e da intencionalidade socialista é que surgem as primeiras iniciativas de planejamento estatal na antiga União Soviética, numa tentativa de dominar a economia do mercado para transição de uma economia socialista e planejada. Cumpre destacar que considerando a justificativa de transformação das relações sociais inerente a esta concepção de planejamento, este torna-se dispensável na lógica liberal pela narrativa da autorregulação do mercado.

Por esta razão que o planejamento em sua essência possui uma característica progressista em que o sistema do capital não conseguiria executá-la em seu sentido pleno e abrangente por demandar um reconhecimento consciente da produção e reprodução, ultrapassando as limitações da coordenação técnica/ideológica, como bem afirma Mészáros (2009), um dos autores críticos que debatem o planejamento, ao defender o papel imprescindível do planejamento para o alcance da liberdade substantiva.

O autor afirma a importância do planejamento para a configuração de uma outra sociabilidade, de modo que tal represente a superação do fetichismo da mercadoria que faz com que os valores de troca se sobreponham às necessidades de sua quantificação perversa das relações sociais.

Para serem realmente significativos, os critérios do planejamento socialista devem ser definidos em termos qualitativos, no sentido de não apenas incrementarem a viabilidade produtiva dos processos econômicos gerais como também enriquecer diretamente, em termos humanos, a vida dos indivíduos sociais particulares. E é o sentido a que Marx se refere ao falar de "ser humano rico" e "necessidades humanas ricas", em contraste com a concepção fetichista da riqueza e da pobreza pela economia política" (MESZAROS, 2009, p. 118).

Nesta perspectiva, o planejamento necessita estar correlacionado com as necessidades humanas tendo um papel sociorreprodutivo global, desafiando os indivíduos a uma vida significativa. É neste sentido que Mészáros (2009) defende a pertinência de um planejamento abrangente que garanta a igualdade substantiva.

Para ele, pensar o planejamento de forma qualitativa significa considerá-lo como relevante para vida de todos/as, de modo que sua dimensão social geral e individual estejam relacionados a reciprocidades dialéticas e contribua para que os sujeitos projetem uma vida significativa em uma sociedade a qual possuem pertencimento e desejo de contribuir ativamente. Somente se os indivíduos assumem esse papel de sujeitos da história que o planejamento poderá perder sua dimensão distanciada da particularidade e representar os valores humano-genéricos

Por meio da reciprocidade dialética de um planejamento qualitativamente definido, as consciências individual e social podem finalmente unir-se no interesse do progresso humano positivo. Decerto é assim que se torna possível constituir uma ordem sociometabólica alternativa numa escala temporal historicamente sustentável. E é isto que confere o verdadeiro sentido ao planejamento enquanto um princípio vital do empreendimento socialista (MÉSZÁROS, 2009, p. 119)

Consideramos que Lowy (2009) corrobora com esta perspectiva a partir do conceito de planejamento democrático, caracterizado pelo protagonismo dos sujeitos na decisão dos rumos da sociedade mediante o exercício da liberdade.

Para ele, as estratégias keynesianas e de tentativa de humanização do capitalismo não seriam suficientes para responder a crise sociometabólica que caracteriza a contemporaneidade, apresentando como possibilidade o planejamento democrático em prol de uma reorganização ecológica, que ele denomina também como ecossocialismo².

Longe de ser “despótico” em si, o planejamento democrático é o exercício da liberdade de decisão do conjunto da sociedade. Um exercício necessário para se libertar de “leis econômicas” e de “jaulas de ferro” alienantes e reificadas no seio das estruturas capitalistas e burocráticas. O planejamento democrático associado à redução do tempo de trabalho seria um progresso considerável da humanidade em direção ao que Marx chamava de “o reino da liberdade”: o aumento do tempo livre é na realidade uma condição para a participação dos trabalhadores na discussão democrática e na gestão da economia, assim como da sociedade. (LÖWY, 2009, p. 39).

Entretanto, o planejamento em termos qualitativos e abrangente que fomente às necessidades humanas e mobilize os valores humano-genérico, como bem qualifica o autor, está intrinsecamente relacionado às particularidades do desenvolvimento econômico-social

²Segundo Lowy (2009), o Ecossocialismo propõe uma política econômica fundamentada nas necessidades sociais e o equilíbrio ecológico, a partir de critérios não-monetários e extra-econômicos/extraeconômicos, além da crítica à ecologia de mercado e ao socialismo produtivista que é indiferente à questão dos limites da natureza.

e suas repercussões na luta de classes. Ou seja, depende das possibilidades organizativas e objetivas de materialização dos valores socialista para disputar projetos societários.

Em um país como o Brasil, cuja formação social é baseada por diversos processos de Revolução Passiva em que as classes subalternas foram cerceadas de seu direito de participação e da possibilidade de compreender a realidade em sua totalidade, torna-se desafiante materializar um planejamento abrangente ou democrático conforme o pensamento dos autores apresentados.

Daí a importância em apreender a formação social brasileira, os sentidos e permanências de sua colonização na constituição do povo brasileiro, assim como na gestão pública como caminho reflexivo que subsidie a elaboração de alternativas que concretizem um planejamento estatal que, de fato, seja direcionado às “necessidades ricas”.

2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E CAPITALISMO DEPENDENTE

De acordo com Ribeiro (2018), as particularidades na formação social e econômica dos países desencadeiam em determinadas estruturas administrativas e definições de Estado. No Brasil há a junção entre elementos racionais-legais com elementos tradicionais inerentes ao patrimonialismo que configuram o autoritarismo, a desigualdade, a concentração da riqueza e a preocupação externa como determinantes estruturais na compreensão da realidade nacional.

Autores como Prado Júnior (2011) e Marini (1990) apresentam em seus estudos os sentidos da associação do desenvolvimento do Brasil às demandas externas e os consequentes prejuízos na elaboração de projetos nacionais voltados aos interesses internos e a concretização das reais necessidades dos/as brasileiros/as.

Segundo Prado Júnior (2011), as colônias deveriam primar pelo desenvolvimento econômico das metrópoles, a partir da primazia pelo estabelecimento de relações comerciais com a mesma, numa condição em que as colônias tornavam-se retaguardas econômicas dos países metrópoles, reafirmando a posição de submissão do Brasil colônia aos interesses externos sem a preocupação efetiva em elaborar estratégias internas que favorecessem internamente. Nas palavras do autor,

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos

constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 31).

Nesse sentido, o autor desenvolve o argumento acerca da importância de apreender o sentido, a intencionalidade, a orientação inerente aos fatos e acontecimentos ocorridos na história para compreender a essência do desenvolvimento de um povo. Assim,

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 19).

No caso brasileiro, o sentido da colonização está vinculado, conforme Prado Júnior (2011) ao atendimento de demandas e necessidades externas sem a preocupação efetiva em elaborar estratégias internas que favorecessem internamente.

Neste intuito de desvendar os sentidos da condição de subalternidade do território latinoamericano aos países centrais que Marini (1990) contribui com o debate acerca da dependência. a partir da tese de que as condições para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais ocorrem a partir da superexploração nas economias dependentes.

O importante autor vinculado a Teoria Marxista da Dependência delimita que a integração subalterna ao mercado mundial inicia durante o período colonial com a exportação de metais preciosos ao longo dos séculos XVI, XVII e, sobretudo, em XVIII quando há o advento da produção manufatureira inglesa.

Pondera, no entanto, que a citada condição de dependência dos países latino-americanos possui bases para sua existência apenas com a permanência da dependência econômica após a formalização legal dos processos de independência política nos mesmos.

Nas palavras do autor, a citada dependência trata-se de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1990, p. 4).

Nesse sentido, apesar da independência política dos países latinoamericanos, não houve nestes territórios uma independência econômica que impactasse em sua produção

interna, de modo a manter a satisfação das demandas de acumulação dos países centrais.

Assim, para além da disponibilização de metais preciosos, os países latinoamericanos continuaram a contribuir significativamente com o fornecimento de produtos agrícolas e matérias-primas aos países em industrialização, permitindo que os mesmos pudessem especializar-se na produção industrial, propulsionando investimentos no incremento tecnológico, aumento da produtividade e da extração da taxa de mais-valia, fetichizada como sob a denominação de lucro.

Isso porque, como bem explicita Marini (1990) ao retomar as categorias marxistas de mais-valia relativa, a situação descrita de favorecimento à acumulação capitalista efetiva-se quando há um avanço do trabalho excedente (mais-valia) sob o trabalho necessário (salários).

Ou seja, a oferta de alimentos pelos países dependentes possibilitou um barateamento dos bens-salários, representando uma diminuição do valor real da força de trabalho, favorecendo uma intensificação da exploração dos trabalhadores através da mais-valia relativa.

Ocorre que essa relação dos países dependentes com os países de capitalismo central é realizada a partir de trocas desiguais em que a origem primária dos produtos exportados da América Latina é desvalorizada pelo outro lado da transação, sendo que os primeiros são constrangidos a ceder gratuitamente parte do valor produzido aos países de capitalismo central.

Para Marini (1990), o segredo da consolidação desta relação desigual está na compensação realizada internamente no processo produtivo dos países dependentes mediante o uso da superexploração do trabalho.

A superexploração da força de trabalho representa uma compensação no mercado interno da troca desigual realizada com os países de capitalismo central. Este mecanismo do capital é obtido a partir de três formas principais (podendo também ser concomitantes): a primeira mediante a aumento da intensidade do trabalho nos moldes da intensificação do trabalho em detrimento do investimento em produtividade, outra seria referente à elevação da taxa de mais-valia absoluta em seu sentido clássico através prolongamento da jornada de trabalho, e a terceira seria decorrente da redução do consumo necessário do operário, logo, rebaixamento dos salários.

Nesse sentido, contraditoriamente, enquanto a acumulação do capital nos países centrais dá-se mediante ao aumento da mais-valia relativa, nos países de economia dependente esta ocorre através do acentuamento do uso de mecanismos que contribuem

com a mais-valia absoluta, o que significa uma superexploração da força de trabalho.

Com o uso das categorias marxistas e desenvolvendo seus argumentos a partir do debate da circulação e produção, Marini (1990) permite-nos compreender que o desenvolvimento dos países de capitalismo central é possibilitado pela superexploração dos trabalhadores latinoamericanos, mantendo o desenvolvimento capitalista dos países da periferia funcionais a expansão da acumulação dos países centrais.

Apesar de alguns autores caracterizarem os países de economias dependentes como países não desenvolvidos ou de desenvolvimento incompleto, é de suma importância reiterar os sentidos da permanência dessa condição econômica, social e cultural consideradas inferiores aos dos países centrais como funcional ao atendimento dos interesses desses.

Essa condição de dependência impacta diretamente o cotidiano das classes que vivem do trabalho, seja pelas condições de trabalho fundamentados pela superexploração, seja pela caracterização de políticas sociais focalizadas, aumento dos preços de itens básicos para reprodução da força de trabalho, desemprego, miserabilidade e as demais expressões da questão social.

3. FUNDO PÚBLICO E LUTA DE CLASSES

Partindo desta realidade brasileira, que integra ao cenário de economias dependentes, o debate acerca da defesa e ampliação dos direitos sociais tem-se desenvolvido como uma tarefa da classe trabalhadora e as tentativas de modificar são respondidas pelo Estado mediante processos de Revolução Passiva.

Santos (2012), a luz das análises gramscianas de Carlos Nelson Coutinho, analisa a realidade brasileira a partir de sucessivos episódios de Revolução Passiva, em que a organização dos segmentos das classes trabalhadoras tem sido combatida ora pela coerção ou consenso pelo Estado e pelos setores da burguesia brasileira, mas sempre objetivando a desorganização e manutenção do poderio das classes dominantes.

Dessa forma, no Brasil, os processos de mudança e questionamento social não impulsionaram em uma mudança estrutural do domínio político e econômico, promovendo uma modernização conservadora que particulariza as expressões da questão social, segundo a autora, pela associação de uma superexploração do trabalho e passivização das

lutas sociais, mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes mediante o acionamento de estratégias de antecipação aos movimentos reais e potenciais das classes dominantes, impedindo a transição de um subversivismo esporádico da classe trabalhadora para aquele denominado como orgânico e que poderia fomentar processos revolucionários mais efetivos.

Essa característica inerente a nossa formação social, fomenta a manutenção do distanciamento da classe trabalhadora dos processos políticos decisórios do país, impactando diretamente em nossa experiência democrática e na criminalização do Estado e das classes dominantes diante de movimentos de resistência dos trabalhadores.

Constitui-se, assim, uma classe trabalhadora marcada pela cultura de subserviência, autoritarismo estatal, superexploração, sacralização da propriedade privada ausência de garantia de direitos acarreta em empecilhos no processo de constituição da consciência de classe e na efetivação de processos revolucionários brasileiros.

Diante desta configuração da classe trabalhadora brasileira, as diversas tentativas de deslegitimação das lutas de classes e as ofensivas do capital para manutenção de sua hegemonia, ao longo de toda a formação social brasileira foi configurado políticas sociais reestruturadas, focalizadas que combinavam o novo ao arcaico mediante traços amplamente conservadores, vinculados a uma dimensão da meritocracia, da troca e das condicionalidades.

Nesse sentido, a configuração antidemocrática e conservadora da burguesia brasileira associada ao caráter dependente da economia ao capitalismo central impacta diretamente nas possibilidades de realização da emancipação política brasileira e de definição de um planejamento tido como democrático do Estado brasileiro.

Em linhas gerais, tem-se uma burguesia interna não disposta a realizar “tarefas democráticas”, vinculada às classes dominantes externas, que consideram o país apenas como fonte de acumulação externa, que invisibilizam a necessidade de reprodução social dos/as trabalhadores/as e criam mecanismo de distanciar esses sujeitos da capacidade de intervir em sua realidade, de projetar criticamente alternativas futuras, de contribuir no planejamento estatal.

É perceptível a intencionalidade do capital em tornar inoperante mecanismos de participação e controle social buscando o aumento das taxas de lucro. Neste aspecto, a disputa pelo fundo público perpassa o debate da configuração da luta de classes brasileira e manutenção do poderio hegemônico.

Portanto, pode-se dizer que o fundo público possui papel estrutural na sociedade

contemporânea, refletindo a correlação de forças no interior da sociedade civil e política, podendo representar mudanças no poder político.

De acordo com Salvador (2020), fundo público trata-se de uma categoria teórica que remetendo-a à capacidade Estatal em mobilizar recursos para intervir nas mais diversas dimensões da sociedade, seja no âmbito das políticas econômicas e/ou sociais, possibilitando a manutenção ou alteração de dada realidade e distinguindo dos fundos especiais, uma vez que esses integram o primeiro e possuem uma dimensão contábil.

Isso porque o fundo público possui como funções principais o financiamento do investimento capitalista; investimento em infraestrutura e pesquisas; garantia de políticas sociais que assegurem direitos e permita a inserção no mercado de consumo; além de transferência na forma de juros e amortização da dívida pública para os detentores do capital portador de juros e capital fictício.

Salvador (2020) aponta ainda que esses recursos públicos advêm, principalmente, da arrecadação tributária na forma de impostos, contribuições (sociais e econômicas) e taxas, além de outras receitas públicas previstas em lei.

No que se refere a composição do fundo público, Behring (2021) destaca que,

O fundo público se forma a partir de uma punção compulsória - na forma de impostos, contribuições e taxas - da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é a parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções (BEHRING, 2021, 38-39).

Pode-se dizer que uma das principais formas de realização do fundo público é a extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas da mais-valia socialmente produzida (trabalho excedente). Apesar do Estado utilizar-se da emissão de moedas, empréstimos, cobranças de royalties da extração de recursos naturais e minerais, lucros e dividendos de empresas públicas para constituir o fundo público, este sustenta-se significativamente na esfera coletiva da produção a partir do trabalho excedente.

Importante frisar que na realidade brasileira há um histórico de elevada tributação indireta advinda de impostos cobrados sobre o consumo que prejudicam diretamente a população de baixa renda. Em contrapartida, os recursos apropriados pelo Estado são destinados para o pagamento de encargos de dívidas de forma a beneficiar os rentistas.

Oliveira (2020) aponta que intervenção estatal brasileira não financiou a reprodução da força de trabalho da mesma forma que a reprodução do capital, configurando um cenário de negação e ausência de garantia de direitos à classe trabalhadora.

Assim, tem-se uma coletivização das fontes constitutivas que não se replicam na alocação dos recursos oriundos do fundo público, uma vez que é dependente da correlação de forças sociais no interior do Estado capitalista e tendem a primar pelos interesses das classes dominantes. Isso porque na contemporaneidade a existência e utilização do fundo público torna-se um pressuposto para a existência da acumulação capitalista.

Em contrapartida, existe um escasso investimento em políticas sociais e um histórico de elevada tributação indireta advinda de impostos cobrados sobre o consumo, prejudicando, principalmente, a população de baixa renda.

Num primeiro momento, o trabalho excedente se reparte em lucros, juros, renda da terra e fundo público, por meio da tributação sobre o capital e suas personas. Porém, cabe sublinhar que o Estado se apropria também do trabalho necessário, diga-se de parte dos salários, via tributação, com o que o fundo público é um compósito de tempo de trabalho excedente e tempos necessários. Mas essa repartição tem continuidade num segundo movimento: no retorno de parcelas do fundo público na forma de juro - o que sem dúvida nenhuma é a destinação predominante no tempo presente de financeirização do capital (BEHRING, 2021, p. 41 - 42)

Instaura-se um conflito distributivo que em meio ao antagonismo entre políticas macroeconômicas e direitos sociais, existe uma política de captação de recursos que destoa da política de aplicação de recursos, no que se refere a quem se destinam os recursos, gastos e prioridades do governo e que materializa a intencionalidade classista hegemônica na disputa pelo fundo público e pelo planejamento estatal na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade teleológica humana permite a projeção do futuro a partir da análise e das demandas apresentadas na objetividade cotidiana, tornando-se possível a modificação da realidade.

Nesse sentido, o ato de planejar de forma qualitativa e democrática possui raízes amplamente progressistas e potencialmente favorável na condução de processos que impliquem na igualdade substantiva, descrita por Mészáros (2009) e na democratização da gestão pública e dos rumos da sociedade, como bem reflete Lowy (2009), a partir das “necessidades ricas” da/o mulher/homem, ou seja, das necessidades humano-genéricas.

Entretanto, a sociabilidade burguesa fragmenta a possibilidade da constituição da

reciprocidade dialética, fragmentando e fetichizando as relações humanas em processos de expropriação da/o mulher/homem dos seus meios de trabalho, coletivizando a produção e privatizando os bens produzidos.

Nas particularidades da América Latina e, muito especificamente no contexto brasileiro, a primazia pelo atendimento aos interesses externos, que perdura desde a colonização/invasão, representa a continuidade de um pacto conservador que privilegia as classes dominantes e intensifica a desigualdade e a concentração de riqueza em nossos territórios.

Como Marini (1990) frisa em sua obra, somente uma ruptura estrutural dessas relações de dependência significaria uma mudança qualitativa na condição de vida dos sujeitos. Nesse sentido, problematizar a formação social brasileira, a constituição da luta de classes e a disputa pelo fundo público possibilita a compreensão sobre as intencionalidades dos projetos societários em disputa e explicita a necessidade de criação de um projeto societário que considere as reais necessidades e prime por um planejamento democrático.

Nesse sentido, torna-se essencial que a construção de uma outra sociabilidade incorpore e apreenda os debates acerca da constituição do fundo público e de seus variantes como o orçamento e a questão tributária, temáticas que, em geral, o entendimento e a decisão são restritos a uma minoria oriunda das classes dominantes.

Portanto, a correlação de forças e a luta de classes possui grande potencial para mudança do cenário nacional, no que tange a alocação do fundo público e as reais possibilidades de implementação de políticas sociais universalizantes que contribuam, de fato, em processos cujo horizonte estratégico seja a emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo . **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, no 28, 1ª edição 2009, p. 35-50.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a ed (1ª edição, 1973). 48p

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009. Capítulo VI – A importância do planejamento e da igualdade substantiva, p. 115-128.

OLIVEIRA, Francisco de.. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sonia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 43-66.

_____. **Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRADO Jr., Caio. **Sentidos da colonização**. In, Formação do Brasil Contemporâneo, Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2011.

RIBEIRO, Isabela. Estado, planejamento e fundo público no capitalismo dependente brasileiro. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 22, p. 465-482, 2018.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: POCHMANN, M. CASTRO, J. Brasil (Orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 367-388.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção Biblioteca Básica/Serviço Social.